

A QUESTÃO DA LÍNGUA BRASILEIRA: SEPARATISTAS E DIALETISTAS

18
aula

META

Apresentar dois marcos históricos importantes para a lingüística na primeira metade do século XIX.

OBJETIVOS

A partir desta aula o aluno deverá:

- situar o contexto histórico e cultural do movimento romântico no Brasil, realçando as suas propostas de identidade lingüística;
- caracterizar o nacionalismo lingüístico eclodido no Brasil face às modalidades dialetais valorizadas pela literatura nacional;
- exemplificar os argumentos que surgem em torno das idéias separatistas e dialetistas em relação ao português do Brasil.



Exposição do Museu da Língua Portuguesa, em São Paulo (Fonte: <http://www.paradasp.org.br>).

PRÉ-REQUISITOS

A aula de número 17 que contém o movimento romântico e a língua portuguesa no Brasil.

Na sequência do raciocínio desenvolvido na aula anterior, que focaliza um conjunto de propostas de mudanças, todas patrocinadas pelo acontecimento histórico de 1808, isto é, a transferência da família real (Corte portuguesa) para a

INTRODUÇÃO

cidade do Rio de Janeiro, vamos tratar agora dos projetos culturais (incluindo a produção literária romântica) que vão contribuir para

a consolidação do espírito nacional que busca valorizar o que se denominou de “cor local”, no sentido de se considerar, mais que outras possibilidades, aquilo que se nos parecia autenticamente nosso, em termos de produção cultural e de hábitos lingüísticos.

Para conceder uma forma didática a esta aula, vamos limitar-nos a dois marcos históricos significativos para a questão lingüística e seus desdobramentos na educação pública da primeira metade do século XIX, inclusive condicionando debates e reações que se estendem por todo o século em referência. Esses dois marcos são: a criação do **Colégio D. Pedro II**, em 1837, e a eclosão do movimento romântico no Brasil, em 1836, portando idéias renovadoras, do ponto de vista sócio-cultural e lingüístico.

Colégio D. Pedro II

Instituição de ensino que teve origem no Seminário de São Joaquim, na cidade do Rio de Janeiro. Foi fundado em 2 de dezembro de 1837, no entanto, a sua aula inaugural aconteceu em 25 de março de 1838, com a presença do jovem imperador Pedro II. Destinado à perfeita formação da mocidade, este Colégio se fez zeloso das leis, das instituições, das vantagens tradicionais da subordinação, da obediência e da herança cultural e lingüística legada pela história do país. Já na segunda metade do século XIX, essa instituição se reveste de modelo nacional de ensino para toda a juventude brasileira.



Colégio D. Pedro II, no Rio de Janeiro (Fonte: <http://images.google.com.br>).

Para o ponto que nos interessa aqui, convém ressaltar que, logo em seguida à emancipação política do Brasil, começamos a fazer uma literatura com a língua que aprendemos de nossos pais. Essa foi, portanto, a justificativa levantada pelo escritor José de Alencar, na sua campanha pela nacionalização de nossa língua literária. Assim, nos inícios do movimento romântico (Romantismo), no Brasil, surgem as primeiras vozes de reconhecimento da diferenciação lingüística que se ia operando em todo o território brasileiro. É nessa direção que José Bonifácio de Andrada e Silva, um patriarca de nossa Independência política, cautelosamente, já aconselhava:

ENSINO DA LÍNGUA

“Ousem pois os futuros engenhos brasileiros, agora que se abre nova época, no vasto e nascente Império do Brasil à língua portuguesa, dar este nobre exemplo; e fico que, apesar de franzirem o beijo puristas acanhados, chegará o português, já belo e rico agora a rivalizar em ardimento e concisão com a língua latina, de que traz a origem”.

Esta mesma observação é feita pelo historiador Francisco Adolfo Varnhagen:

“É, por ventura, tão verdadeira, tão estrita essa identidade da língua?

Não há no Brasil nomes do país ali conhecidos, e cujo objeto é mais ou menos poético, dos quais em Portugal a sua pronúncia dizem que incita o riso?”.

Mesmo considerando o excesso, merece registro o desabafo do escritor mineiro João Salomé Quiroga:

“Dizem-me que sou acusado por deturpar a linguagem portuguesa.

Mais de uma vez tenho escrito que componho para o povo do meu país, faço estudo, e direi garbo, de escrever em

linguagem brasileira:

se isso é deturpar a linguagem portuguesa, devo ser excomungado pelos fariseus luso-brasileiros. Escrevo em ‘luso-bundo-guarani’.

Na verdade, empreendeu-se, em Portugal, uma “cruzada” contra os rumos dados às letras brasileiras, depois da Independência. Um dos exemplos mais notáveis dessa reação, dessa incompreensão, refere-se às palavras do crítico português Pinheiro Chagas dirigidas, exatamente, à obra do romancista cearense José de Alencar:

“Não; esse não é o defeito que me parece dever notar-se em ‘Tracema’; o defeito que eu vejo nessa lenda, o defeito que eu vejo em todos os livros brasileiros, e contra o qual não deixarei de bradar intrepidamente, é a falta de correção na linguagem portuguesa, ou antes a mania de tornar o brasileiro uma língua diferente do velho português, por meio de neologismos arrojados e injustificáveis e de insubordinações gramaticais, que (tenham cautela!) chegarão a ser risíveis se quiserem tomar as proporções duma insurreição em regra contra a tirania de Lobato”.

A posição de Pinheiro Chagas é extremada e não encontra semelhante em outro crítico da mesma época, tanto que o prestigiado escritor, historiador e erudito português Alexandre Herculano, em voz discordante em relação ao excesso da crítica portuguesa, empenhou-se em combater os sintomas do que chamou de “independência da língua literária do Brasil”, e consagra um artigo que se tornou célebre à poesia de Gonçalves Dias, onde se pode ler, após fazer um paralelo entre as duas modalidades de língua literária (a portuguesa e a brasileira), o seguinte:

“Por si sós, esses fatos provariam antes a nossa decadência (a portuguesa), que o progresso literário do Brasil. (Referindo-se ao poeta Gonçalves Dias, acrescenta:) É um mancebo vigoroso que derriba um velho caquético, demente e paralítico.

O que completa, porém, a prova é o exame não comparativo, mas absoluto, de alguma das modernas publicações brasileiras”.

Diante de toda essa contenda, há de se admitir que, antes da Independência do Brasil e da ação de nossos escritores românticos, tendo à frente José de Alencar e Gonçalves Dias, representantes da literatura em prosa e verso, nunca a língua literária se havia saciado (bebido) na fonte da língua oral, falada. Ao contrário, havia mais de três séculos, desde o alvorecer do Renascimento, que a nossa língua escrita ou literária (tanto no Brasil quanto em Portugal) se espelhava no mais rígido padrão lingüístico clássico. Foi preciso que, entre nós – brasileiros – surgissem Alencar e Gonçalves Dias, e, em Portugal, um Almeida **Garrett**, seguido, posteriormente, por um Eça de Queiroz, para tentar reconduzir a língua literária (nos dois lados do Atlântico) à matriz que é a língua corrente, superando, portanto, aquilo que se reconheceu, em relação à língua escrita, como algo que “padecia do pecado original”, isto é, um modelo lingüístico rígido, imóvel, fora de contexto e incapaz de representar, em todos os seus matizes, a mentalidade das novas gerações.



Almeida Garrett (Fonte: <http://abencerragem.blogspot.com>).

A questão polêmica da língua brasileira não representou um projeto lingüístico nacional e institucional que afeitasse os rumos do ensino de língua portuguesa nas escolas oficiais, a partir da década de 1840. Com a criação do Colégio D. Pedro II, em 1837, todo ensino de língua nacional foi montado e rigorosamente assestado e seguido conforme o padrão lingüístico português, apesar de todo um movimento **separatista** que defendia a existência da língua brasileira.

Garrett

(Almeida, 1799-1854) – A mais complexa figura do Romantismo português, por ele inaugurado. Reformador do teatro português e político representante dos ideais do liberalismo reinante na Europa da época. Teve uma carreira literária em três fases: antes do Romantismo, no eclodir do Romantismo e de maturidade artística. Conhecido como o iniciador da prosa moderna em língua portuguesa, pois abriu caminho para o estilo leve, livre, fluente e aberto à fala cotidiana, plena de humor e de inovações expressivas.

Separatista

Atribui-se o termo a quem defende que as diferenças (variações) lingüísticas presentes no português do Brasil representam (ou representavam) uma cisão profunda entre a língua de base (o português original) e a modalidade diferenciada – a brasileira.

Nesse contexto, convém frisar que é enganoso imaginar que José de Alencar pretendeu criar uma língua brasileira, diferente, portanto, da portuguesa. Em nenhuma de suas obras essa proposição se mantém. Na verdade, o que interessava a José de Alencar e a alguns de seus companheiros de idéias era a questão da língua literária, ou seja, a língua de que se servia o escritor como instrumento de sua arte (literatura). Vejamos a sua (de José de Alencar) própria voz:

“A língua literária, escolhida, limada e grave, não é por certo a linguagem cediça e comum que se fala diariamente e basta para a rápida permuta das idéias: a primeira é uma arte, a segunda é simplesmente mister. Mas essa diferença se dá unicamente no forma e expressa; na substância a linguagem há de ser a mesma, para que o escritor possa exprimir as idéias de seu tempo, e o público possa compreender o livro que se lhe oferece”.

Torna-se evidente que a postura de José de Alencar, secundada por Gonçalves Dias, ecoou fundo nos espíritos insatisfeitos com a metrópole, no pós-independência do Brasil. Esse fervor de revolta e de supervalorização das diferenças lingüísticas coincidia com a sensibilidade romântica, espontânea, movida pela força da emoção que facilmente atingia o entusiasmo pelo novo, pela cor local, ao mesmo tempo em que repudiava as fórmulas prescritas pelo conhecido equilíbrio (rígido) clássico.

Então, toda a polêmica em defesa da língua brasileira que gerou a ala separatista entre o português de Portugal e o do Brasil, não passou de uma movimentação de escritores, portanto, de intelectuais, sem agir diretamente na proposta oficial de ensino de língua portuguesa, tal como era concebida pela elite docente do Colégio D. Pedro II.

A emancipação política do Brasil, como vimos nesta aula, fez brotar intelectuais e escritores empenhados também na luta de emancipação lingüística. Essa questão, que se tornou uma polêmica vigorosa, girou em torno das idéias relativas à língua literária defendidas pelo romancista cearense José de Alencar, com adesão de muitos outros escritores, como foi o caso de Gonçalves Dias.

CONCLUSÃO

Na verdade, José de Alencar fazia constantes referências às alterações por que passava o idioma português no Brasil, e afirmava que não podia haver língua literária divorciada da língua oral ou comum. Essa postura assumida ao pé da letra gerou todo um movimento separatista em defesa da emancipação do português do Brasil, agora alçado à categoria de língua brasileira. No entanto, essa luta não representava um projeto institucional brasileiro, na época, portanto, não teve repercussão no universo regular do ensino de língua portuguesa.

Já a partir da década 1870, essa questão perde fôlego e se resume ao esforço de nacionalização de nossa língua literária, e, conseqüentemente, de nossa literatura.



José de Alencar (Fonte: <http://gentree.org.br>).



RESUMO

Após a Independência do Brasil, mais precisamente a partir da década de 1840, em torno da figura do escritor cearense José de Alencar, se levanta toda uma polêmica em defesa de uma suposta língua brasileira, naturalmente diferente e divorciada do idioma português cultivado na metrópole. O fervor dessa polêmica, de natureza separatista, eclode em consonância com o espírito reformista e desejoso de liberdade em relação a tudo que se parecia com regra, censura e coação oriundas do domínio colonizador português. Como se trata de um movimento, sobretudo de escritores (prosadores e poetas), não há repercussão no âmbito do ensino nacional de língua portuguesa, na época orientado e tutelado pelo corpo docente do Colégio D. Pedro II. No fundo, a questão da língua brasileira tornou-se, com o passar do tempo, mais uma defesa de nossa emancipação literária do que uma postura verdadeiramente consciente de que existia uma língua brasileira autônoma e em tudo diferente em relação ao português de Portugal.



ATIVIDADES

1. Com apoio na bibliografia apresentada abaixo, sobretudo na obra do Prof. Serafim da Silva Neto, e após leitura atenta de toda esta aula, elabore um texto, com o mínimo de 10 linhas, enfocando como as idéias de emancipação política (independência) do Brasil proporcionaram o surgimento da questão da língua brasileira autônoma em relação ao português de Portugal.
2. Pela leitura feita para a atividade anterior e pelo conteúdo desta aula, como avalia o papel de José de Alencar, o autor de “Iracema”, na polêmica sobre a língua brasileira?

COMENTÁRIO SOBRE AS ATIVIDADES

Não esqueça que o movimento de independência política, no Brasil, contribuiu para se desenvolver, sobretudo nas camadas sociais mais esclarecidas, um espírito de rejeição (espécie de xenofobia) a tudo que representasse Portugal e o período colonial. O movimento da independência reivindicava ampla liberdade de pensamento e de expressão.

AUTO-AVALIAÇÃO



Agora, após esta aula, como posso imaginar que um movimento político é capaz de desencadear uma luta cultural de emancipação lingüística? Redija sobre essa questão.

PRÓXIMA AULA



Caro aluno, mais adiante você verá como se processou a ascensão do purismo brasileiro.

REFERÊNCIAS

CÂMARA JR. Joaquim Mattoso. **História e estrutura da língua portuguesa**. Rio: Liv. Padrão Ed., 1975.

_____. **História da lingüística**. Petrópolis: Vozes, 1979.

CUNHA, Celso. **Gramática da língua portuguesa**. Rio: FENAME, 1972.

- ELIA, Sílvio. **A língua portuguesa no mundo**. São Paulo: Ática, 1989.
- FONSECA, Fernando Venâncio Peixoto da. **O português entre as línguas do mundo**. Coimbra: Liv. Almedina, 1985.
- HOUAIS, Antônio. **O português do Brasil**. Rio: Unibrade, 1985.
- MONTEIRO, Clóvis. **Português da Europa e português da América**. Rio: Liv. Acadêmica, 1959.
- MARTINS, Nilce Sant'Anna. **História da língua portuguesa**. VI. V. São Paulo: Ática, 1988.
- PINTO, Edith Pimentel. **O português do Brasil**. Textos críticos e teóricos: vol. I – 1820-1920 – fontes para a teoria e a história. São Paulo: LTC-Edusp, 1978.
- SILVA NETO, Serafim. **Introdução ao estudo da língua portuguesa no Brasil**. Rio: Presença-MEC, 1976.
- SILVEIRA, Souza. **Lições de português**. Rio: Livros de Portugal, 1972.